



JORNAL DA CÂMARA

INFORMAÇÃO NA PALMA DA MÃO

Varginha/MG | Edição 29 | Dezembro de 2025

**Câmara antecipa
devolução de mais de
R\$ 2 milhões à Prefeitura
e recomenda que o valor
seja usado em ações
emergenciais após os
estragos das chuvas**

**Confira o balanço
dos 10 anos da Escola
do Legislativo**

**Cerca de R\$ 9 milhões
direcionados para a Saúde
em emendas impositivas**

**Espaço Cidadania
termina o ano com amplo
atendimento**



Nesta 29ª edição, reunimos os principais fatos que marcaram o trabalho do Legislativo ao longo do ano, sempre com foco em transparência, serviço público e impacto direto na vida de quem vive em Varginha.

Você vai conferir, na Matéria de Capa, como a Câmara antecipou a devolução de mais de R\$ 2 milhões à Prefeitura e fez indicações para ajudar a cidade após as fortes chuvas. Também mostramos os 10 anos da Escola do Legislativo e o papel que ela cumpre na formação cidadã, as medidas aprovadas para ampliar o acesso a novas moradias populares e as leis de 2025 que fortaleceram a rede de proteção social no município. Na

editoria Câmara Transparente, detalhamos como as emendas impositivas vão garantir R\$ 9 milhões para a saúde em 2026. E, em Serviços para você, trazemos o balanço do ano no Espaço Cidadania, que registrou atendimento amplo e crescente.

Você, leitor, é convidado a acompanhar de perto o que a Câmara faz por Varginha. Que este jornal chegue até você como um convite ao diálogo, à participação e à construção conjunta de uma cidade cada vez mais preparada, mais humana e mais forte.



A CÂMARA FAZ

Câmara aprova medidas para novas moradias populares em Varginha

Projetos autorizam uso de áreas públicas e criam condições para construir casas para famílias de baixa renda

A Câmara de Varginha aprovou, em sessão ordinária, dois projetos que ajudam a cidade a avançar na oferta de moradias populares. As propostas, enviadas pela Prefeitura, foram votadas em regime de urgência porque tratam de ações consideradas essenciais para atender famílias que precisam de um lugar para morar.

O primeiro projeto permite que uma área pública no Parque das Grevíleas deixe de ser "área verde" e passe a ter uso social. Com

essa mudança, o terreno pode receber futuras obras de habitação popular. O segundo projeto altera o zoneamento de quatro áreas — no Parque das Grevíleas e no Jardim Primavera — e transforma esses locais em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Essa classificação facilita a construção de moradias para pessoas de baixa renda e permite que os projetos recebam apoio de instituições como a Caixa.

O presidente da Câmara, o vereador Marquinho da Cooperativa, reforçou que as mudanças atendem a uma necessidade urgente da população e ajudam a cidade a dar passos concretos para diminuir o déficit habitacional. "O Legislativo cumpriu seu papel com seriedade e agilidade. Estamos contribuindo para garantir moradia digna às famílias que mais precisam", afirma o presidente. Com as aprovações, Varginha organiza melhor o uso do solo e cria condições legais para que novos conjuntos habitacionais sejam planejados e saiam do papel.



ESCOLA DO LEGISLATIVO COMPLETA 10 ANOS

Projeto criado em 2015 oferece atividades para promover cidadania entre crianças, jovens, adultos e idosos

A Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Varginha completou, em maio de 2025, dez anos de atuação dedicados à formação cidadã e ao aprimoramento da atividade parlamentar. Criada em 2015, a iniciativa se consolidou como uma das principais frentes de aproximação entre o Legislativo e a sociedade, oferecendo cursos, oficinas, visitas guiadas e projetos que alcançam públicos de todas as idades — de estudantes a servidores públicos, passando por mulheres, idosos e jovens.

Ao longo da década, a Escola estruturou sua atuação em dois eixos centrais: Educação para a Cidadania, com ações voltadas ao entendimento das instituições e dos direitos e deveres do cidadão, e Formação Político-Parlamentar, com capacitações para servidores públicos e agentes políticos. Este último eixo inclui cursos sobre processo legislativo, redação oficial, atendimento ao público e noções de política. Entre as ações mais recentes, destaca-se a capacitação promovida em janeiro de 2025 para assessores parlamentares, reforçando o compromisso da Escola com o aprimoramento técnico do trabalho legislativo.

Estudos acadêmicos sobre Escolas do Legislativo no Sul de Minas, como a pesquisa de mestrado realizada pelo Diretor da Escola em Varginha, Robson Souza de Almeida, apontam que iniciativas desse tipo vêm ampliando a participação política no interior do estado, embora ainda enfrentem desafios estruturais, como equipes reduzidas e necessidade de maior presença digital.

No caso de Varginha, o balanço dos dez anos mostra avanços na variedade de atividades, na ampliação do público atendido e no reconhecimento institucional. Para os próximos anos, a Escola projeta fortalecer parcerias com escolas e universidades, expandir a produção de materiais educativos e ampliar

a mensuração do impacto social de seus projetos. Para Robson Almeida, o importante é enxergar a mudança no desenvolvimento dos alunos da Escola:

“Nós percebemos uma evolução neles. Eles passaram a conhecer quem são os vereadores, a entender mais o que é política e desenvolveram habilidades pessoais. Eles se comunicam melhor, conseguem negociar conflitos e muitos desenvolvem pretensões políticas”, conta.

A data marca não apenas a comemoração de uma década de trabalho, mas a consolidação de uma política pública que incentiva o protagonismo social e reforça o papel da Câmara na promoção da cidadania.



**Câmara antecipa devolução
à Prefeitura de mais de**

R\$ 2 milhões

**e faz indicação para
socorrer Varginha
após chuvas**

*Legislativo de Varginha se
mobiliza frente aos estragos
causados em ao menos dez
bairros*

A Câmara Municipal de Varginha decidiu antecipar a devolução de mais de R\$ 2 milhões de seu orçamento, ainda no mês de novembro, para reforçar a atuação emergencial da Prefeitura após as fortes chuvas que atingiram a cidade em novembro deste ano. A medida foi anunciada no contexto de emergência decretada pelo Executivo municipal.

No começo do mês, um temporal de proporções históricas derrubou árvores, provocou alagamentos e deslizamentos em ao menos dez bairros de Varginha. A chuva durou mais de cinco horas, acompanhada de ventos fortes e descargas elétricas, e o volume registrado - 80 milímetros - ficou muito acima da capacidade de escoamento da cidade.

Os danos foram generalizados: ribeirões transbordaram, casas foram invadidas pela água, avenidas ficaram submersas e até veículos foram arrastados. A Defesa Civil chegou a condenar imóveis por risco de desabamento.



A devolução de recursos do Legislativo ao Executivo é um procedimento previsto na Constituição Federal e ocorre ao final do ano fiscal, quando o valor não utilizado retorna obrigatoriamente ao tesouro municipal até 31 de dezembro. Entram nesse cálculo os recursos livres, rendimentos bancários e impostos retidos que não foram gastos. O mecanismo garante responsabilidade fiscal e permite que a Prefeitura realoque os valores para áreas prioritárias, especialmente em situações de urgência, como a enfrentada pela cidade.

Diante do cenário de calamidade, o Legislativo optou por antecipar essa devolução. O presidente da Câmara, vereador Marquinho da Cooperativa, afirmou que a medida é fruto de um esforço de gestão responsável e que o recurso será reivindicado para aplicação imediata nos pontos mais críticos, com foco na recuperação rápida e no atendimento à população afetada.

A ação reforça o compromisso do Legislativo com a boa governança, a transparência no uso do dinheiro público e o bem-estar dos varginhenses em momentos de crise.

Leis aprovadas em 2025 ampliam proteção social e reforçam direitos em Varginha

Pacote inclui medidas de combate ao racismo, proteção às mulheres, transparência ao consumidor e programa de regularização fiscal

Ao longo de 2025, a Câmara Municipal de Varginha aprovou um conjunto de leis que marca o ano legislativo pela ampliação de direitos, pelo reforço à proteção social e pela oferta de novas ferramentas ao cidadão. As normas abrangem temas como regularização fiscal, combate ao racismo, proteção às mulheres, defesa do consumidor e ampliação de exames na rede pública de saúde, um balanço que revela a tentativa do Legislativo de responder a demandas diversas da população.

Um dos destaques do ano foi o Programa de Regularização Fiscal (REFIS). Aprovado em julho, ele permite que a Prefeitura ofereça descontos para quem tem dívidas com o município, desde que a dívida tenha sido feita antes de 31 de dezembro de 2024. Quem aderir poderá pagar o que deve com desconto total das multas e dos juros, ficando apenas a correção do valor. O pagamento pode ser feito de uma única vez ou em parcelas de no mínimo R\$ 100, até dezembro de 2025.

Na área dos direitos e da cidadania, a Câmara aprovou a Lei Ficha Limpa Antirracismo, que impede a nomeação de pessoas condenadas por racismo ou discriminação para cargos públicos municipais, uma medida que reforça o compromisso institucional com a igualdade racial.

Para a proteção das mulheres, algumas leis avançaram. Uma que proíbe a nomeação de condenados por violência doméstica para cargos públicos. Outra que determina que agressores reembolssem ao SUS os custos de atendimentos prestados às vítimas, em postos de saúde e hospitais, assegurando que o impacto social da violência não recaia sobre o sistema. A última que garante vaga de emprego às mulheres vítimas de violência doméstica.

Na defesa do consumidor, uma nova norma obriga supermercados, padarias e estabelecimentos a informar, de forma clara e visível, a data de vencimento de produtos em promoção próximos do prazo final, aumentando a transparência para o comprador.

No campo da saúde, o município passou a oferecer gratuitamente o exame de CPK no teste do pezinho, ampliando a triagem neonatal e permitindo a identificação precoce de distrofias musculares e outras doenças.

Essas são algumas das leis que marcaram o ano de 2025. Com elas, o Legislativo mostra o compromisso com o equilíbrio fiscal, justiça social, da proteção à saúde à garantia de direitos básicos para os moradores de Varginha.



Emendas impositivas destinam R\$ 9 milhões para a saúde no orçamento de Varginha

Instrumento permite que vereadores direcionem parte dos recursos públicos, e decreto regulamenta etapas, critérios e prestação de contas

A Câmara Municipal de Varginha atua, em 2025, com um sistema mais detalhado e transparente para as chamadas emendas impositivas — mecanismo previsto na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município que permite aos vereadores participarem diretamente da construção do orçamento anual. Por meio dessas emendas, cada parlamentar pode indicar recursos para obras, serviços públicos ou entidades da sociedade civil. A principal característica é que a execução é obrigatória, desde que as indicações respeitem as exigências legais e orçamentárias.

Pelas regras municipais, parte do valor disponível para cada vereador deve ser destinada à área da saúde. Por isso, esse setor recebeu o maior volume de recursos no orçamento atual: cerca de R\$ 9 milhões foram indicados para ações e serviços de saúde. Esses valores incluem, por exemplo, repasses a entidades, aquisição de equipamentos e suporte a programas do sistema municipal.

Para garantir que essas indicações sejam executadas com segurança jurídica, o Decreto Municipal nº 12.457/2025 define todo o passo a passo das emendas. O processo começa com o recebimento pela Secretaria de Governo, que abre um processo administrativo para cada emenda e informa ao Executivo dados como autor, valor e instituição beneficiada.

Em seguida, a Secretaria de Planejamento analisa aspectos orçamentários, como disponibilidade de dotação e compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual.

A etapa seguinte envolve a análise técnica pela secretaria ou órgão responsável pela área da emenda. É nessa fase que são verificadas a documentação da entidade beneficiada, a coerência do plano de trabalho, a adequação dos valores, a compatibilidade com normas específicas (como as da saúde ou assistência social) e a conformidade com as regras federais para repasse a organizações da sociedade civil. Caso haja impedimentos técnicos ou orçamentários, o Legislativo é comunicado para realizar as correções necessárias.

O decreto também determina critérios para a execução dos recursos, que pode ocorrer por aquisição direta de bens pela Prefeitura ou por transferência financeira à entidade. Além disso, estabelece regras rigorosas de prestação de contas, prazos para análise final e exigências de documentos, relatórios e comprovações, garantindo rastreabilidade de cada gasto.

Com esse modelo, a Câmara reforça o papel das emendas impositivas como ferramenta de participação no orçamento municipal, ao mesmo tempo em que assegura transparência e controle sobre o uso do dinheiro público. E, no orçamento de 2025, a saúde foi a principal área beneficiada, concentrando a maior parte dos recursos indicados pelos vereadores.



Espaço Cidadania registra ano com amplo atendimento

Serviço da Câmara intermediou processos seletivos, encaminhou 147.567 currículos e trouxe oportunidades em diferentes setores

Ao longo de 2025, o Espaço Cidadania da Câmara Municipal de Varginha se tornou um ponto de referência para quem buscou oportunidades de trabalho no município. O serviço encaminhou 147.567 currículos e divulgou vagas de emprego em áreas como logística, serviços gerais, eletricidade e indústria, além de receber processos seletivos presenciais conduzidos por empresas parceiras.

Entre as vagas divulgadas durante o ano estiveram funções como operador de empilhadeira, conferente, auxiliar de apoio logístico e abastecedor de linha. Em diferentes períodos, empresas utilizaram a estrutura do espaço para realizar entrevistas e triagem de candidatos, permitindo que os processos fossem centralizados em um único local.

O serviço também ofereceu suporte para candidatos que precisavam montar ou revisar o currículo, disponibilizando computadores e orientação básica para a organização do documento, etapa considerada necessária para participação nas seleções.

Instalado na Praça Governador Benedito Valadares, na Câmara Municipal, o Espaço Cidadania manteve atendimento regular e atualizações frequentes sobre vagas, prazos e documentação exigida. O balanço do ano mostra que o espaço atuou como facilitador entre empresas que buscavam mão de obra e moradores em busca de recolocação, reunindo informações e processos que, de outra forma, estariam dispersos pela cidade.

Venha conhecer o Espaço Cidadania

Faça seu currículo, encontre sua vaga de emprego

Horários de atendimento:
8h às 11h | 13h às 17h

Local:
Praça Govenador Benedito Valadares, 11 – Centro.
Câmara Municipal de Varginha.

Jornal da CÂMARA

Siga a Câmara de Varginha nas redes sociais!
Facebook Instagram Youtube

O Jornal da Câmara de Varginha é uma publicação quadrimestral.

Endereço: Pça. Governador Benedito Valadares,
11 Centro – CEP: 37002-020 – Varginha MG
Site: varginha.mg.leg.br

Expediente

Jornalista responsável:
Gleison Marques - MTB 14958/MG Mirella Penha - MTB 13314/MG

Projeto Gráfico:
Versão Br Comunicação e Marketing

Fotos:
Acervo da Câmara de Vereadores de Varginha e Banco de Imagens